



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682611 - RS (2021/0233946-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : MICHAEL ALAN ABEL DE ALMEIDA (PRESO)
PACIENTE : EDUARDO GABRIEL ABEL DE ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MICHAEL ALAN ABEL DE ALMEIDA e EDUARDO GABRIEL ABEL DE ALMEIDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Apelação Criminal n. 70084616135).

Os pacientes foram, respectivamente, condenados às penas de 08 (oito) e 07 anos de reclusão, a serem cumpridas em regime semiaberto, e de 520 (quinhentos e vinte) dias-multa para cada um, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de entorpecentes).

A impetrante sustenta que os agentes (os quais são irmãos) sofrem constrangimento ilegal porque as condenações estariam assentadas em provas ilícitas, obtidas mediante o ingresso irregular e sem justa causa dos policiais no domicílio de ambos. Defende que tal situação, por caracterizar nulidade absoluta, não pode legitimar qualquer espécie de restrição a direitos.

Requer, liminarmente e no mérito, concessão de ordem para que seja reconhecida a nulidade e a subsequente inadmissibilidade das provas ilícitas, absolvendo-se os pacientes das acusações.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se inexistir flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Vale registrar que o édito condenatório dos pacientes encontra-se pautado em exame percuente/exauriente dos fatos e provas que compõem a denúncia e o feito criminal subjacente. A suposta violação de domicílio, que macularia a validade do flagrante e das provas então apreendidas, foi enfrentada e afastada pelo acórdão impetrado levando em conta questões relevantes e mediante fundamentação específica. Rever esse posicionamento, sem a demonstração de manifesta ilegalidade, não se afigura adequado/prudente nesta fase processual.

Assim, considerando que o pedido se confunde o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência